



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 08/X-4º/2012-13

1 - Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas 21H15, nas instalações do Auditório do Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sita na rua da Alebrança, no Feijó, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

0 - Período solene comemorativo do 39º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974 com declarações políticas dos Grupos Municipais

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia (Continuação)

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão ao Orçamento do Município para 2013” e “1ª Revisão Orçamental dos SMAS”;

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reprogramação do Programa Polis na Costa da Caparica” (Mandato para o Representante do Município na Assembleia Geral da Costapolis).

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Francisco Ludovico da Costa; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Teresa Isabel Ralha da Costa Santos; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; Ilda de Lourdes Oliveira Dâmaso Garrett; António Abrantes de Almeida; Miguel Ângelo Moura Salvado.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1087/X-4º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com ausência no dia 22 abril de 2013, (Ent. nº 993/X-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Francisco José Gonçalves Guerreiro, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1027/X-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 994/X-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1120/X-4º), (**Conforme Anexo V**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1119/X-4º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1118/X-4º), (**Conforme Anexo VII**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 22 de abril de 2013, (Ent. 1117/X-4º), (**Conforme Anexo VIII**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- A Candidata Senhora Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
- O Candidato Senhor Sr. Alain Magalhães Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Francisco José Gonçalves Guerreiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Senhor Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira por impedimento do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII e XIII**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV, XVI e XVII)**.
 - O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII)**.
 - O Candidato Senhor João Ricardo Lourenço Quintino, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento da cidadã Sr.^a Licínia Maria Barata Rafael, da cidadã Sr.^a Antonieta Pereira Vaz e do cidadão Sr. José Joaquim Barradas Farinha, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIX, XX, XXI e XXII)**.
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia da Trafaria, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento da Presidente do respectivo Órgão Autárquico, é substituída na presente Reunião da Assembleia Municipal pelo eleito na Junta de Freguesia, Senhor Hernâni Figueiredo da Silva, **(Conforme Anexo XXIII)**.
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes.
- 5** - Foi declarado aberto o Período Solene Comemorativo.
- 5.1** - Conforme acordado pela Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais e após aprovação pela Assembleia foi aberto o Período Solene Comemorativo, especialmente para a Comemoração do 39º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2 - Usaram da palavra os Deputados Municipais Representantes dos Grupos Municipais Senhores António Pedro Maco do CDS-PP, Luís Filipe Pereira do BE, Miguel Salvado do PSD, Ana Margarida Lourenço do PS e Mara Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia do Feijó, da CDU.

5.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Passados 39 anos do Golpe militar que descambou na conhecida revolução de Abril, Portugal continua a fazer o seu caminho de consolidação das instituições e na procura de uma sociedade mais justa e solidária.

O Mundo, ao qual Portugal não é exceção, está em constante mudança e em permanente transformação.

A procura de novas oportunidades, de alternativas, de novos valores e melhores soluções, fazem desta sociedade, uma sociedade mais competitiva, mais exigente e muito mais próspera.

Nos tempos em que vivemos já só não mudam os que ficaram amarrados a ideias ultrapassadas no tempo e na história, prisioneiros de dogmas e de verdades absolutas.

No ano de 2013 Portugal vê-se de novo na necessidade de operar transformações profundas na sua sociedade salvaguardando a sua identidade e sobretudo, a sua dignidade e continuidade enquanto país livre e soberano.

Os desígnios proclamados há 39 anos tenderiam e ambicionavam uma evolução para não só uma sociedade livre no seu mais amplo sentido, como também usufruir de uma sociedade moderna, progressista onde as oportunidades de cada um seriam de igualdade à partida. O mérito, o esforço e dedicação de cada um fariam o resto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Volvidos os 39 anos da chamada liberdade, Portugal encontra-se numa situação de dependência económica e financeira capaz, se não se tomarem as medidas adequadas e certas gerar instabilidade e rutura social.

É certo, que não é hora de manter apenas uma postura de apontar culpados ou os responsáveis pelo estado a que Portugal chegou; culpados serão os que nada fizerem ou os que se resignarem a baixar os braços a ver o país a afundar. Devemos rejeitar ainda, a postura de outros que pura e simplesmente assobiam para o lado, ou pior, os do costume que, quanto pior, melhor.

Necessário é, que não se repita o despesismo orçamental das contas públicas, os investimentos perdidos, o desleixo e sobretudo, que tenhamos decisores políticos com responsabilidade de Estado.

O estado a que Portugal chegou, hipotecou os desígnios de Abril na concretização de uma sociedade livre e solidária. Chegados aqui, olhamos para um país que perdeu ao longo dos últimos anos as maiores oportunidades de se encontrar com a sua história e com o seu passado de gente trabalhadora, empreendedora e com espírito aventureiro.

Mas a aventura que herdámos foi outra foi uma aventura da contenção, a aventura do calculismo, a aventura dos sacrifícios, mesmo assim, e tal como em Abril de 75 o povo saberá estar à altura das suas responsabilidades e saberá entender os desafios a que está obrigado, como também em Abril de 75 saberá ser sereno e registar as sempre oportunistas movimentações daqueles que querem impor à força modelos de sociedade rejeitados pelo povo. É preciso não cair em tentações e alegorias facilitistas.

A liberdade retoma quando retomar o emprego, quando retomar a estabilidade económico-financeira e quando Portugal poder livremente voltar a fazer as suas escolhas consoante as suas necessidades.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queremos e acreditamos que em 2013 será o ano da mudança, e o ano onde a Liberdade estará de novo na rua, o ano onde voltaremos a ter esperança.”

5.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trinta e nove anos passaram sobre o dia que marcou o fim de uma ditadura política e social que importa não esquecer.

Evocar Abril (com todas as mudanças desde então ocorridas), implica não esquecer esses tempos tristes e cinzentos do passado que os atuais poderes, internos e externos, parecem querer ressuscitar.

Há trinta e nove anos Portugal travava uma guerra injusta em três frentes coloniais, onde morreram milhares de jovens e muitos mais ficaram estropiados e com traumas prolongados.

As mulheres não tinham direito ao voto e ganhavam em média menos 40% do que os homens.

Existia a odiosa polícia política, PIDE/DGS.

Existiam presos políticos.

Existia a tortura como forma regular de proceder a interrogatórios, e a morte de opositores do fascismo ocorreu não poucas vezes.

A censura castrava a cultura portuguesa, perseguindo todos aqueles que almejavam a diferença.

Era proibido ter opinião, e eram perseguidos todos aqueles que a pretendessem manifestar.

Muitos Homens e Mulheres conheceram as cadeias políticas desse tempo.

A taxa de analfabetismo rondava os 33% e a mortalidade infantil situava-se nos 38 por mil.

Os direitos à educação, saúde e proteção social não eram Universais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estes são alguns dos factos que caracterizavam Portugal como um país autoritário e fascista, retrógrado e fechado no que dizia respeito ao desenvolvimento e direitos sociais.

Em famigeradas conversas em família Marcelo Caetano afirmava então, numa televisão a preto e branco, que tinha acabado o tempo das vacas gordas, pelo que havia que fazer sacrifícios.

Era uma situação ... inevitável!

Nas palavras do ditador, a alternativa era o caos, a anarquia!

Assim se tentou intimidar os possíveis opositores e manter o País refém das suas políticas.

Mas, afinal, havia alternativa.

E não era o caos anunciado, como o demonstraram todos aqueles que construíram e fizeram o 25 de Abril de 1974.

Portugal foi um exemplo para o Mundo, e renasceu das cinzas.

O ensino público prosperou, reduzindo-se de forma exemplar o analfabetismo.

O Serviço Nacional de Saúde foi implementado, elevando Portugal, no que se refere à drástica redução das taxas de mortalidade infantil, aos níveis mais elevados do desenvolvimento humano.

Generalizou-se o acesso a cuidados de saúde, que se tornaram universais e próximos das populações.

Desenvolveram-se direitos de trabalho!

Foram generalizados os subsídios de férias e de natal.

Foram criados mecanismos de proteção no desemprego.

O Poder local/autárquico, independente do Poder Central, afirmou-se levando ao desenvolvimento de um País marcado pelas desigualdades campo/cidade.

A democracia local revelou-se propiciadora de desenvolvimento social, cultural e económico.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Hoje trinta e nove anos depois, o Povo Português vive sem margem para dúvida, um dos momentos mais críticos e difíceis da sua História.

Os retrocessos no Ensino Público são evidentes.

O desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde está em curso, quer com as novas taxas ditas moderadoras, quer com o fecho de Unidades hospitalares de referência, de que a maternidade Alfredo da Costa é o exemplo mais atual e flagrante.

A Democracia Local está em grave risco, quer com o desaparecimento de Freguesias (a que se seguirá a extinção de Municípios), quer com os crescentes cortes de verbas destinadas às autarquias.

Mais do que nunca a vertigem do centralismo asfixia as populações do interior, condenando-as ao isolamento fruto da desertificação.

Na situação política, económica, financeira e, sobretudo, social que vivemos ganha nova pertinência a mensagem de esperança e de luta por um futuro melhor que o 25 de Abril representou para muitas e muitos.

Hoje é cada vez mais necessário lembrar que as inevitabilidades não existem e que o futuro terá de ser aquele que soubermos construir.

Em Democracia não há inevitabilidades; há sempre alternativas!

O 25 de Abril convoca-nos de novo a lutar contra o fatalismo, contra estas receitas que, ao invés de curarem, aceleram e acentuam a doença.

Hoje, tal como em 1974, é urgente voltarmos a comandar as nossas próprias vidas e a construir alternativas às políticas de empobrecimento, de restrição de direitos e de lenta asfixia das liberdades que nos querem impor.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Bloco de Esquerda reafirma que estará sempre ao lado de todas e todos os que, ao celebrarem o 25 de Abril e o fim do fascismo em Portugal, se propõem lutar pelos valores e ideais que então marcaram aquela data.

Estaremos ao lado de todos aqueles que se indignam perante estes desenfreados ataques ao Estado Social.

Em defesa de um Serviço Nacional de Saúde, que seja de facto universal, próximo das populações, e tendencialmente gratuito, estamos contra o encerramento de serviços públicos e os aumentos indecentes das taxas moderadoras.

Lutaremos pelo fim dos cortes na Educação, designadamente nas bolsas de estudo, cortes esses que já provocaram o abandono escolar de milhares de jovens.

Reivindicaremos um investimento público que crie emprego e apoie a fixação das populações, em particular de uma geração qualificada de jovens a quem os nossos governantes só sabem apontar, como solução, a saída do país.

Pugnaremos pelo apoio do Estado (governo e autarquias) aos projetos e agentes culturais (associações, grupos de teatro, museus, músicos, artistas plásticos, artesãos), de modo a valorizar social e economicamente as potencialidades das atividades criativas das populações e o imenso património natural, histórico e cultural de Portugal, especialmente das regiões do interior.

Exigiremos a consulta das populações, perante propostas de extinção ou fusão de autarquias. Assim será verdadeiramente evocado e celebrado em cada momento e em cada luta, o 25 de Abril.

A realidade que vivemos hoje, obriga cada mulher e cada homem, mais jovens e menos jovens com ideais de Liberdade e de Justiça Social a recordar o 25 de Abril de 1.974, não como uma data do passado com um conjunto de promessas não cumpridas, mas como uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

força que nos conduz inevitavelmente a lutar por um futuro melhor para os nossos filhos e os nossos netos.

Viva Almada!

Viva o 25 de Abril!”

5.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos hoje aqui a comemorar o 39º aniversário de um acontecimento, que ficará para sempre marcado na história de Portugal, bem como na memória e na história de outros países irmãos.

Com o 25 de Abril de 1974 foi possível o início da restauração de um regime democrático pleno e com liberdade para todos os portugueses.

Nessa data, militares honrados como Salgueiro Maia deram início a uma visão diferente e moderna de Portugal. Com o seu sacrifício, força e inteligência mostraram que era possível a democracia plena no nosso país.

O 25 de Abril não tem donos nem exclusivos de alguns partidos de esquerda, ele é de todos e de todos nós.

Para nós que já nascemos depois da revolução, todos os valores da democracia, liberdade e do bem comum, são valores adquiridos, intrínsecos à nossa sociedade. Mas também sabemos que não foi fácil e que depois do dia 25 de Abril houve muitos, mas muitos portugueses que foram abandonados à sua sorte nos territórios ultramarinos africanos. E que tiveram de voltar a uma pátria que nem sempre os compreendia, sendo despojados de tudo o que tinham lutado e trabalhado uma vida inteira. No entanto como bons portugueses que eram fizeram as suas vidas e hoje eles bem como os seus descendentes são na larga maioria exemplos de trabalho e de sucesso, cada um contribuindo com a sua parte, pequena parte para um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portugal melhor. Foi um processo complicado, onde poucos que representavam uma pequena parte da realidade política e da população portuguesa, quiseram levar o nosso país de uma ditadura de direita para um regime ditatorial de esquerda de inspiração soviética. Mas a força da larga maioria do povo português e de militares moderados como Ramalho Eanes, Jaime Neves falecido recentemente, Melo Antunes, entre muitos outros, bem como políticos de diferentes partidos políticos como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral, Salgado Zenha impediram o retrocesso do nosso país e no dia 25 de novembro de 1975, Portugal e a democracia podiam realmente respirar de alívio e ver o sonho de liberdade do dia 25 de Abril de 1974, projetado nas décadas seguintes.

Durante todos estes anos Portugal cresceu, desenvolveu-se, é hoje apesar de todas as dificuldades atuais, um país melhor do que aquele que saiu da ditadura.

O Poder Local eleito após a revolução representado por todos os partidos políticos deu um enorme contributo para a maioria e para a melhoria da qualidade de vida das nossas terras e dos nossos Concelhos. Muito se fez e ainda hoje se faz, de norte a sul passando pelas ilhas. Em Almada o PSD tem sido sempre um partido de almadenses e autarcas preocupados com o nosso Concelho e as suas gentes. Temos sempre proposto e votado aquilo que entendemos ser o melhor para todos, concordando quando necessário e discordando quando é preciso, mas sempre, sempre com elevação. E tendo como objetivo único o melhor da nossa Almada. As nossas propostas são e serão sempre aquilo que os almadenses entendem ser necessário mudar e alterar. Num Concelho com potencial único e que muitas vezes tem sido desperdiçado pela atual maioria camarária.

Mas temos a certeza que apesar de todos os graves problemas que existem atualmente no nosso país, poderemos vencer mais uma vez esta etapa da nossa história. Somos um país com oito séculos de existência que já passou por muitos períodos verdadeiramente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

complicados, mas o povo português esteve sempre à altura dos desafios, tal como hoje admiramos e enalteçamos o sentido de responsabilidade, de inteligência e de sacrifício do nosso povo. Temos todos o dever independentemente das nossas convicções políticas de fazer o melhor para Portugal. Em 25 de Abril, todos os portugueses conquistaram a liberdade, mas nós os que temos e continuamos a ter o privilégio de viver a nossa vida em liberdade neste país à beira mar plantado como diria o poeta, somos todos os fiéis depositários desta herança. Principalmente as gerações futuras e cabe-nos a nós o honroso papel de defender a liberdade até ao limite e de contribuir diariamente para o seu aperfeiçoamento. Por isso, nunca é demais recordar o dia da democracia, o dia da liberdade.

Viva Almada!

Viva Portugal.”

5.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Este é um momento solene desta Assembleia Municipal. O momento em que comemoramos o 39º aniversário do 25 de Abril de 1974, a consagração da Liberdade e do Estado de Direito Democrático.

Esta é uma data que devemos recordar sempre, uma data que temos a obrigação de preservar para memória futura das gerações mais jovens; da mesma forma como foi passada para minha geração. A minha geração, nascida em liberdade, muito deve às gerações mais velhas, que sempre lutaram e se sacrificaram por esta tão ansiada liberdade. A minha geração, conhece os factos e valoriza esta data por aquilo que nos foi transmitido pelos nossos pais, e pelos nossos avós, de forma mais ou menos emotiva, dependendo da vivência pessoal de cada um, e da forma como encararam a conquista da liberdade. A minha geração,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ainda que não tenha vivido o 24 de Abril, sempre soube a importância do 25 de Abril, e o preço que muitos tiveram de pagar por esta mesma liberdade.

Em criança, ainda muito pequena, sempre estranhei a forma como a geração dos meus pais e dos meus avós se emocionava ao ouvir o Grândola Vila Morena. Só quando comecei a ganhar consciência do significado de liberdade e de democracia, percebi o verdadeiro significado dessa emoção. Não tenho memória viva dos momentos que as gerações anteriores à minha viveram, e isso nunca poderei ter. Mas hoje, e mais do que nunca, sinto a obrigação de transmitir às gerações vindouras a realidade vivida antes e depois do 25 de Abril. Hoje, mais do que nunca, tenho a obrigação de transmitir os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Hoje, mais do que nunca, sinto que todos temos a obrigação de não deixar morrer a memória de Abril, e que diariamente temos de a relembrar.

Relembrar que antes do 25 de Abril não existia Poder Local Democrático, não existia Estado Social, não existia Democracia, não existia igualdade entre homens e mulheres.

Um Poder Local Democrático que está a ser ameaçado por este governo, com a aprovação da Lei 11-A/2013 de 28 de janeiro, que consagra a Reforma Administrativa do Território das Freguesias, que constitui uma agressão às populações e às suas condições de vida, um retrocesso do desenvolvimento económico e o agravamento de assimetrias regionais.

Um Estado Social que nos últimos tempos têm vido a ser posto em causa por um governo que parece querer suspender os Direitos, Garantias e Liberdades consagrados na Constituição da República Portuguesa por tempo indeterminado. Não há memória de haver 2 orçamentos de Estado em anos consecutivos que tenham tido a rejeição do Tribunal

Constitucional, e que não tenha retirado daí as devidas relações. Não há memória de haver um Presidente da República que não faz aquilo que é o seu dever: Cumprir e Fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nunca como nos dias de hoje, fez tanto sentido evocar o 25 de Abril, e as conquistas que a revolução nos trouxe.

Nunca como nos dias de hoje, fez tanto sentido ouvir o Grândola Vila Morena; cantá-la bem alto; fazer ouvir a nossa voz. E com ela recordar as conquistas de Abril, das quais não estamos disponíveis a abdicar. Cantar bem alto, aqui e além fronteiras, por aquilo que acreditamos serem os Pilares da nossa Democracia: O acesso à Saúde, à Educação, um Sistema de Segurança Social Pública que seja justo e sustentável, a promoção da igualdade, e da coesão social, a promoção do emprego, e de políticas de apoio às famílias.

A Europa tem de olhar para os seus Estados Membros, e perceber aquilo que foi o percurso de cada país na construção da sua democracia. A Europa tem de perceber que o crescimento do projeto Europeu e a sua concretização só se fará com a participação de todos, que só seremos verdadeiramente Europa quando deixarem de existir as atuais discrepâncias no que diz respeito aos indicadores económicos e de desenvolvimento entre os seus Estados Membros.

Senhoras e senhores deputados,

Caras e caros munícipes,

Abril vive em cada um de nós, e cada um de nós terá de levar a mensagem de Abril a todos que no têm memória deste dia. O que Abril nos trouxe, ninguém nos pode tirar. Hoje e sempre, soltemos o Grândola que há em nós.”

5.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Mara Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dirijo-me hoje a esta Assembleia em nome da bancada da CDU, e é com grande orgulho e confiança que o faço, permitam-me antes de mais saudar os militares de Abril que a 25 Abril



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

devolveram não só o país mas a esperança ao povo português, militares cuja ação consistiu uma lição e um exemplo de cidadania, de ética e de valores que serão, sempre, uma referência para todos nós,

Permitam-me igualmente saudar os governos provisórios logo após o 25 de Abril, os únicos que tiveram como preocupação maior, no exercício da sua ação, o bem-estar dos trabalhadores e do povo, saudar o movimento operário e popular, os trabalhadores que, nos últimos 39 anos, com grande firmeza, coragem e determinação, têm feito frente à ofensiva dos partidos da política de direita e do grande capital contra as conquistas de Abril, saudar os jovens que são desde sempre o objetivo maior do projeto de futuro que foi e é a Revolução de Abril, os homens e as mulheres que um pouco por todo o país promovem e participam nas comemorações populares e assumem com essa participação o compromisso de prosseguir a luta pelos ideais e valores da Revolução de Abril.

Celebramos Abril ... E celebrar Abril é celebrar o ideal democrático, a instauração da liberdade, da igualdade de direitos e de oportunidades,

Celebrar Abril é celebrar a soberania nacional, é pôr a riqueza e a produção nacionais ao serviço dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País,

Celebrar Abril é celebrar a libertação de outros povos e o fim da guerra colonial,

Celebrar Abril é acreditar na elevação das condições de vida da população,

Celebrar Abril é afirmar o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos; o direito à Saúde com qualidade, o direito à Educação ao Ensino, à Cultura e ao Desporto, o direito à habitação e à proteção social para todos;

Celebrar Abril é defender o direito a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, o direito à segurança das populações,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Celebrar Abril é defender o direito dos jovens à realização profissional a crescer e a viver no seu país com sonhos e expectativas, o direito das mulheres à igualdade, o direito dos idosos a uma vida digna, o direito dos deficientes a uma real e efetiva integração na sociedade.

Mas celebrar Abril é também comemorar a construção do Poder Local Democrático processo dinâmico e agregador, uma das maiores conquistas de Abril, uma conquista que representou e representa para as populações um efetivo desenvolvimento socioeconómico e a melhoria efetiva no seu bem-estar e qualidade de vida, o Poder Local Democrático sempre soube assumir-se como elemento decisivo no desenvolvimento local, constituindo-se como estrutura de referência na prestação de serviços públicos de qualidade em estreita proximidade com as populações.

É por isso que com alegria e confiança afirmamos que em Almada não celebramos somente Abril, cumprimos todos e cada dia com o mesmo empenho e determinação os valores de Abril, com transparência, ética e responsabilidade.

Com trabalho, empenho, dedicação e com a participação e a intervenção de todos, o Concelho de Almada tem-se destacado em diversas áreas no panorama nacional,

Em Almada semeamos Abril como quem planta uma flor, escolhe a melhor localização, procura a terra mais fértil e deita a semente, em Almada semeamos Abril investindo no ensino como um pilar estratégico do desenvolvimento local, dotando o concelho de uma ampla rede de estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo, apoiando o ensino secundário, profissional, o ensino superior e o ensino sénior.

Semeamos Abril quando assumimos a cultura como um dos pilares de desenvolvimento do concelho, apostando na capacidade criativa dos jovens e menos jovens, na construção de uma rede de equipamentos culturais e na implementação de propostas inovadoras que contribuam para o crescimento e qualidade da oferta cultural, em Almada semeamos Abril



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

democratizando o acesso à arte com quase meia centena de obras de arte pública, uma rede distribuída um pouco por todo o concelho.

Em Almada cuidamos de Abril como quem rega uma flor, porque Almada tem uma estratégia local de desenvolvimento sustentável e solidário, tem ao longo dos anos construído uma rede de ação social articulada que permite apoiar de forma cada vez mais eficaz os sectores da população mais fragilizados, desenvolvem atividade atualmente em Almada mais de 60 instituições de apoio social em áreas tão diferentes como a infância, a terceira idade, a pobreza e exclusão, a deficiência, a toxicodependência ou a violência sobre as mulheres, que em articulação com as autarquias locais promovem o desenvolvimento local de forma mais justa, solidária e inclusiva,

Em Almada cuidamos de Abril ao estabelecer as principais regras de gestão do território, dotando o Concelho de vários equipamentos para a prática de atividades desportivas, mas também de edifícios destinados à habitação social.

Em Almada cuidamos de Abril estando sempre ao lado das populações nas suas justas reivindicações junto da tutela por condições de acesso à Saúde, por equipamentos de saúde dignos e capazes de responder às necessidades dos seus utentes, por uma solução para a falta de médicos de família, pelo direito à mobilidade e à deslocação das populações, pela defesa do nosso território e das suas gentes, cuidamos de Abril dizendo não ao Terminal de contentores na Trafaria, dizendo não à extinção de Freguesias.

Em Almada colhemos Abril no nosso trabalho coletivo alicerçado no movimento popular e associativo porque Almada é desde sempre palavra plural onde o movimento associativo, representa uma das mais fortes tradições populares Almada conta com mais de 500 instituições, formais e informais, das quais mais de uma dezena são centenárias,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em Almada colhemos Abril quando nos afirmamos como um concelho de inovação e tecnologia, promovendo a participação democrática das populações, respeitando a diversidade de opiniões, desenvolvendo uma estratégia assente na prática de políticas e ações concretas em vários domínios como a educação e a cultura, a mobilidade, a qualificação urbana e ambiental, a solidariedade, a proteção da biodiversidade, a melhoria da intervenção pública na defesa e qualificação do serviço público, apostando nos meios e recursos locais, utilizando criteriosamente os recursos naturais, com a preocupação permanente em salvaguardar o Ambiente e promovendo a cidadania como pilar do desenvolvimento sustentável,

Minhas Senhoras e meus senhores,

É, contudo num contexto particularmente difícil, que contraria a concretização dos sonhos e da esperança, que comemoramos hoje esta data, com um enorme sentimento de indignação e angústia,

Angustia quando vemos os direitos e garantias conquistados durante gerações, pelas populações e pelos trabalhadores, fruto da luta e da perseverança de um povo serem gradual e constantemente postos em causa,

Angustia quando as crianças são colocados perante dificuldades acrescidas no seu acesso à educação e à formação angustia quando os jovens se vêm obrigados a deixar o país para ter trabalho, angustia quando as crianças vão para escola sem comer e conhecem as consequências do desemprego ainda em tenra idade,

Indignação quando se alteram as relações de trabalho, quando o desemprego e a precariedade se alastraram simultaneamente com a desigualdade e o empobrecimento das populações, indignação quando a riqueza se concentra numa pequena minoria,

Indignação quando os níveis de pobreza, resultantes do desemprego, dos baixos salários e pensões, continuam a subir, atingindo novas camadas da população, incluindo milhares de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadores por conta de outrem, e por conta própria, quando a indústria e a produção nacional são sectores quase extintos como é disso exemplo o Arsenal do Alfeite, quando o estado social é destruído como uma plantação numa catástrofe,

Angústia e indignação que nos dão a força e os motivos para continuar o caminho, porque Abril é um projeto inacabado e hoje mais do que nunca é urgente retomar este caminho, para que se reencontre a esperança, para que se concretize o sonho, para que se cumpra o projeto daqueles que ficaram pelo caminho e cuja vida se transformou num património da nossa história coletiva, cumprir Abril é homenagear todos aqueles que ousaram querer mais e sobretudo acreditaram que é possível, cumprir Abril é homenagear todos aqueles que morreram sem conhecer a liberdade.

É urgente e indispensável retomar o caminho de Abril, - porque o atual momento que vivemos é o resultado de um sistema que não investe nos seus recursos naturais e nas suas gentes é o resultado do abandono do projeto de Abril, o verdadeiro projeto de progresso económico e justiça social. O País que temos hoje e as dificuldades com que se deparam as populações em fatores tão elementares da sua vida são o exemplo indesmentível da falência das políticas que promoveram a exploração dos trabalhadores e o trabalho precário, de um país onde mesmo trabalhando se é pobre, são as dramáticas consequências de um sistema que não protege nem defende aqueles que mais precisam. Em Setembro de 1999 - Álvaro Cunhal cujo centenário comemoramos escrevia “ *A história das realizações, conquistas, valores e lições da Revolução de Abril, contem elementos fundamentais de experiência necessária para, na situação atual, optar por um caminho de futuro e confiar naqueles que, falando verdade ao povo, têm mostrado ser capazes de cumprir aquilo que anunciam e prometem*” a dureza da realidade mostra hoje a atualidade desta afirmação.

Por tudo isto... mas por muito mais... é urgente retomar o caminho de Abril.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É preciso promover o crescimento económico, a elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo, é preciso defender o interesse público e os direitos dos trabalhadores, recuperar a soberania nacional, é urgente dar resposta às necessidades do povo e do país, adotar políticas económicas que coloquem a riqueza do País ao serviço do bem-estar coletivo, que valorizem os nossos sectores produtivos, que sejam capazes de pôr fim ao desemprego, é preciso definir políticas laborais que valorizem o trabalho, só um estado ao serviço do povo e do país garante o acesso à saúde, à educação e à justiça, um estado verdadeiramente socialista. A situação que o País atravessa é a prova, pelos acontecimentos concretos, de como cumprir e defender a Constituição é cumprir e defender Abril e as suas conquistas.

A política do Pacto de agressão e deste Governo mais não visa do que fazer pagar aos trabalhadores e ao povo a crise do capital financeiro e especulativo, para tal não se inibem de criar leis à sua medida, atropelar a Constituição quando necessário e até tentam suspender a democracia em nome dos superiores interesses dos mercados.

Este Governo não se conforma com as regras da democracia nem com a Constituição que, apesar de mutilada, continua a consagrar um regime diferente daquele que em Portugal vigorou até Abril de 1974.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Celebramos hoje nesta Assembleia o 25 de Abril e foi também a revolução de Abril que consagrou o direito ao voto um direito universal para todos os cidadãos. É neste contexto que cabe exigir a imediata demissão do governo, porque há muito que este governo já perdeu a legitimidade para governar, um governo que não só governa de costas voltadas para o povo, como governa contra o povo, é por isso urgente e necessário devolver a palavra às



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

populações, porque em Democracia o povo é soberano, embora haja já que se tenha esquecido disso.

Por tudo isto, é preciso retomar o caminho de Abril, e cumprir este projeto inacabado, porque jamais deixaremos que se fechem as portas que Abril abriu!

Viva o Poder Local Democrático!

Vivam as Freguesias de Abril!

Viva o 25 de Abril!

Viva a População de Almada e de Portugal!"

5.3 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

5.3.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me ao encerrar este período agradecer a presença dos vários cidadãos convidados que aqui estão, nomeadamente dirigentes do movimento associativo e de instituições de Solidariedade Social, permito-me manifestar particular reconhecimento pela presença do Presidente do Clube Sargento da Armada e nele o reconhecimento dos Capitães de Abril que foram também os Sargentos e Praças que estiveram e foram o coração do Movimento das Forças Armadas."

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Manuel Viegas - Presidente da Assembleia de Freguesia do Feijó.

6.1.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Manuel Viegas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu desejo exprimir uma saudação especial, tendo em conta que estamos a comemorar Abril e na qualidade de Munícipe, de Militar de Abril e Presidente da Assembleia de Freguesia do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Feijó, naturalmente sentimo-nos todos nós da Freguesia muito honrados por esta Assembleia se realizar neste espaço que consideramos muito acolhedor. É uma honra efetivamente a Assembleia Municipal se realizar nesta altura no Feijó. Portanto, nesta data tão importante fica o meu agradecimento pessoal, naturalmente que é extensivo à Assembleia de Freguesia, e com um viva muito especial ao Poder Local Democrático e ao 25 de Abril.”

6.2 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.12 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 93/X-4º e 94/X-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 13/04/2013 e 10/04/2013, sobre “Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento do Município para 2013” e “Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento dos SMAS para 2013”, respetivamente, **(Conforme Anexos XXIV e XXV)**.

7.1.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar as referidas propostas.

7.1.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

É um bocadinho difícil passar diretamente das comemorações do 25 de Abril para as coisas materiais das revisões orçamentais. Mas eu, se não me levam a mal, gostava de lembrar aqui Ary dos Santos, antes de passar à Revisão Orçamental, com duas passagens muito curtas daquele seu poema tão extraordinário deste poeta do povo. “Era uma vez um país onde o pão era contado e onde morria primeiro quem nascia desgraçado.” Esse país nós não queremos, não queremos mesmo, não queremos todos. E porque não queremos, somos autarcas e porque não queremos fomos adultos quando se deu o 25 de Abril, mas também fomos crianças, mas também somos crianças, mas também somos jovens, mas também somos idosos. É preciso continuar o caminho, é preciso olhar em frente, é preciso abrir o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

coração, é preciso juntar forças, vontades, entusiasmo e alegria, é preciso juntar humanismo para continuar Abril. Peço desculpa, mas tinha que dizer alguma coisa.

Passando aos números. Nós temos então nesta nossa Assembleia duas propostas de Revisão Orçamental, uma dos Serviços Municipalizados, outra da Câmara Municipal, são propostas simples, mas importantes e necessárias e possíveis, naturalmente possíveis porque a nossa Câmara tem um saldo de gerência, os nossos Serviços Municipalizados têm um saldo de gerência que nos permite apresentar à Assembleia Municipal estas propostas, quer para a Câmara, quer para os Serviços Municipalizados.

Da nossa parte nós ficamos à disposição das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados Municipais para alguma questão que queiram colocar, para algum esclarecimento que queiram apresentar.”

7.1.2 - No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Carlos Revés, Luís Varela Pais, Fernando Pena, Presidente do CA dos SMAS - Vereador José Gonçalves, a solicitação da Sr.^a Presidente da Câmara.

7.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nos termos da legislação em vigor apenas é possível incorporar saldos de gerência após estes terem sido aprovados em Assembleia Municipal no âmbito dos documentos de prestação de contas.

Importa assim, agora que os Relatórios e Contas de Gerência de 2012 da Câmara e dos SMAS se encontram aprovados por esta Assembleia, proceder às revisões orçamentais necessárias para incorporar parte dos saldos de gerência existentes (no valor de 1 milhão e 315 mil euros na CMA e de 5 milhões e 55 mil euros nos SMAS) e desta forma reforçar as rubricas que, aquando da aprovação dos Orçamentos para 2013, foram dotadas com valores "a definir".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta prática é uma prática corrente, decorre de disposições legais e visa permitir ao município o cumprimento dos Planos de Atividades também aprovados por esta Assembleia e que, portanto, merecerá o nosso apoio.

Não podemos, no entanto, deixar passar esta oportunidade para referir um assunto de especial importância e relevância políticas.

Nos Orçamentos da Câmara e dos SMAS para 2013, já referidos anteriormente, e por nós aprovados em dezembro último, já se dava resposta a uma questão da mais elementar justiça: a defesa intransigente dos Direitos Constitucionais dos Trabalhadores Municipais de Almada, prevendo, já nessa altura e à semelhança do que já tinha acontecido nos documentos para 2012, seja em dotações definidas ou a definir, o pagamento integral de ambos os subsídios, de férias e natal, aos nossos trabalhadores.

Torna-se assim possível ao Município de Almada, hoje que é conhecida a declaração pelo Tribunal Constitucional da inconstitucionalidade da eliminação de um destes subsídios constante no OE para 2013, garantir a todos os trabalhadores este pagamento sem mais nenhum esforço que não sejam pequenos ajustamentos de transição entre dotações a definir para dotações definidas, ajustamentos esses que iremos agora aprovar com a maior satisfação.

E é assim, Sras. e Srs. Deputados Municipais, que Almada prova nas palavras e nos atos que é, como sempre foi, um Município de Abril.

Um município onde os valores de justiça e equidade estão sempre presentes, nunca são esquecidos.

Um Município onde a Constituição da República Portuguesa não é apenas mais um papel sem importância e sim um direito fundamental de todos nós, a tanto custo conquistado, e que importa respeitar, honrar e defender ontem, hoje e sempre.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Brevemente, só para poder ser detalhado aqui algumas alterações orçamentais, nomeadamente ao nível dos SMAS. Sabemos que dos cinco milhões e cinquenta mil euros a grande parte desta dotação foi alterada ao nível do investimento e do Plano Plurianual de Investimento, mas de qualquer maneira ao nível dos Recursos Humanos, gostaria que o Sr. Presidente dos SMAS nos pudesse esclarecer a alteração em cerca de cinquenta por cento que foi feita na rubrica “outros encargos com a saúde”, que foi alterada de trezentos mil para quatrocentos e cinquenta mil euros. Se isto tem uma ligação direta àquilo que acabámos de ouvir aqui, presumo que não, mas é uma alteração substancial numa verba que teoricamente está estabilizada em termos de orçamento e que normalmente está indexada ao Quadro de Pessoal, e portanto gostava de ouvir da sua parte um detalhe sobre este assunto.

Tal como igualmente na rubrica “Contribuições para a Segurança Social”, no aumento dos dez por cento, mas presumo pela explanação que foi já feita.

Relativamente a outra rubrica onde existe uma alteração substancial que é nos encargos e no investimento com sistemas informáticos, já falámos aqui na primeira sessão da problemática do sistema comercial ou do sistema de clientes, de qualquer forma estamos a falar de um aumento para o dobro, que é aqui referido nesta alteração, portanto onde tínhamos cerca de seiscentos mil euros, passamos a ter mais seiscentos mil, portanto um milhão e duzentos mil. É uma alteração muitíssimo importante e que não tendo sido prevista em orçamento à partida, se houve um investimento substancial ele deveria estar previsto em orçamento, qual foi a razão nesta data de se inscrever esta verba que é substancial e que é para 2013, não é segundo percebi um investimento plurianual, qual é a razão, se tem a ver com alguma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

problemática ou se tem a ver com um investimento que não tinha sido inicialmente proposta ou previsto e porquê nesta data esta correção.”

7.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de pedir um esclarecimento à Sr.^a Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente dos SMAS, quanto à rubrica de “Encargos de Instalações” que apresenta em ambas as retificações um aumento significativo da verba. E pergunto a que deve essa alteração?”

7.1.2.4 - O Sr. Vereador José Gonçalves - Presidente do CA dos SMAS:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Luís Varela Pais e Sr. Deputado Fernando Pena, a questão da revisão, o essencial da nossa revisão orçamental é, como foi e como é prática municipal, consagrar em definido aquilo que está no nosso Orçamento inicial e que no início não é possível de colocar definido e portanto desde logo sabendo que temos como prática municipal fazer uma revisão orçamental após a aprovação do Relatório e Contas. Portanto, é essa a nossa técnica orçamental e visa acima de tudo com essa intervenção ganhar nos quatro meses iniciais condição para fazer muito mais e essencialmente cumprir o nosso Plano de Atividades. É conhecido que os Serviços Municipalizados por uma questão de conjuntura têm um volume anormal de investimento em curso. Nós como sabemos temos um conjunto vasto de investimento plurianual candidatado e aprovado em financiamento comunitário, que naturalmente pelas práticas tem que estar totalmente dotado e isso como sabemos só a Quinta da Bomba são cerca de dez milhões, mais as duas estações elevatórias que estão adjudicadas e vão avançar, um conjunto de outros investimentos, portanto como não podemos consagrar em despesa mais do que a receita previsível, naturalmente é preciso avançar no imediato com a aprovação do Plano de Atividades, com aquilo que é considerado importante



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que aconteça em cada ano e isso só se concretiza como sabemos com os procedimentos associados a cada processo de empreitada, a cada processo administrativo se for iniciado no início do ano nos primeiros quatro, cinco meses do ano. Não é com a Revisão Orçamental que se consagra a condição de no ano concretizar o essencial do investimento. Portanto, visa acima de tudo esta prática de dotar o orçamento que permita iniciar as atividades do Plano de Atividades e com a revisão naturalmente reforçar aquelas que sejam as rubricas consideradas necessárias.

As questões relativas à saúde e a outras têm a ver também com a avaliação que em permanência é feito naturalmente destas dotações e destas rubricas que são variáveis como sabemos. Os encargos com instalações foi claramente uma opção do ponto de vista técnico de não dotar o necessário para os doze meses, considerando a revisão que viria aí, e o que posso garantir aos Srs. Deputados é que naturalmente como tem sido prática nos últimos anos, chegaremos ao final do ano com menor investimento no funcionamento dos nossos equipamentos.”

7.1.2.5 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à Revisão Orçamental da Câmara, estes valores já estavam registados como valores a definir na proposta de orçamento para 2013. São exatamente os mesmos valores em termos globais, em termos parcelares e em cada uma das classificações orgânicas e económicas.

Portanto a proposta já tinha estes valores a definir e agora trata-se naturalmente de passá-los para definidos, com base no saldo de gerência.”

7.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou ter que insistir, porque é que nós aumentámos em cem por cento o investimento no sistema informático? Não é propriamente uma correção que visa repor alguma menos atempada previsão daquilo que iríamos gastar, como acontece em muitas outras rúbricas, nomeadamente no investimento em termos de infraestruturas, onde anteriormente não tínhamos planeado e agora passamos a planear, porque havia essa dotação. No caso do sistema informático e porque foi falado nesta Assembleia, numa situação muito particular, ajude-nos por favor a perceber porque é que passámos de uma dotação de seiscentos mil para um milhão e duzentos mil, não é propriamente um investimento de infraestruturas onde o peso é substancial, estamos a falar de sistemas de informação, estamos a falar de consultorias, estamos a falar de computadores, estamos a falar de infraestruturas informáticas, estamos a falar de seiscentos mil euros ao serviço de que projeto? É só isso que gostaria de perceber.”

7.1.2.7 - O Sr. Vereador José Gonçalves - Presidente do CA dos SMAS:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Peço desculpa não ter respondido logo na primeira abordagem ao Sr. Deputado Luís Varela Pais, mas a questão penso que no essencial respondi. Nós precisamos de iniciar o ano avançando para o Plano de Atividades e desse ponto de vista é preciso dotar as rúbricas para consagrar o início dos procedimentos. Esta é uma situação de normalidade, não estamos num ano de exceção, deste ponto de vista, estamos a incorporar saldo de gerência que sabíamos que necessitaríamos de incorporar e que é parte daquilo que é saldo de gerência previsível que tínhamos naturalmente para o ano de 2012, e com isto fazemos muito mais.

Relativamente ao grande investimento que efetivamente está em curso nos sistemas informáticos, não tem a ver só com o sistema de clientes, é evidente que o sistema de clientes é um projeto importante, mas não é único nos nossos serviços municipalizados, nós



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

temos, como sempre grande intervenção quer ao nível de infraestruturas de comunicação, de voz, de dados, da modernização de equipamentos, de bastidores que são necessários incorporar e que são necessários modernizar, de um conjunto de videovigilância, portanto tudo isso incorpora naturalmente os investimentos que anualmente fazemos do ponto de vista da rúbrica se considera informática. Portanto, o que está aqui é com toda a normalidade e o que estava previsto, não há nenhum reforço no sentido de fazer algo de novo, é a consagração do nosso Plano de Atividades.”

7.1.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

7.1.3.1 - A Proposta Nº 93/X-4º, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) e oito abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b, do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova a Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento do Município para 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 10 de abril de 2013.

7.1.3.2 - A Proposta Nº 94/X-4º, foi aprovada por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e 12 abstenções (de eleitos do PS,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b, do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova a Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para 2013, nos precisos termos da deliberação camarária de 10 de abril de 2013.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.13 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 95/X-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 10/04/2013, sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” para a Sociedade CostaPolis e de “Reprogramação Financeira de Intervenção Polis na Costa da Caparica”, (**Conforme Anexo XXVI**).

7.2.1 - Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (apresentando Projeto de Deliberação).

7.2.1.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projeto de Deliberação Sobre a “Reprogramação Financeira” do Polis na Costa da Caparica, o “Plano e Orçamento para 2013” da CostaPolis e o Mandato do Acionista Município na Assembleia Geral da Sociedade COSTAPOLIS

Tendo em consideração que foram convocados os Acionistas da CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A., para reunirem em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia Geral, no próximo dia 24 de abril, afim de deliberarem sobre o “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” e a “Reprogramação Financeira” da intervenção Polis na Costa da Caparica.

Considerando que o capital social da Sociedade CostaPolis é constituída na proporção de 60% pelo Estado e de 40% pelo Município de Almada, sendo uma parte em numerário (dinheiro) e outra parte em espécie (terrenos do Património do Estado e do Património do Município de Almada).

Considerando as deliberações que tem vindo a ser aprovadas pela Assembleia Municipal, desde 1998, designadamente, sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica, a constituição da CostaPolis, o Acordo Parassocial e o Protocolo de Acordo entre o Governo e o Município de Almada, sobre a Reprogramação Física e Financeira da Intervenção, sobre o Aumento do Capital Social em espécie, sobre a Realização do Programa Polis na Costa da Caparica, o Prazo de Vigência e os Meios Financeiros para a sua concretização, e sobre a Alteração Estatutária de Prorrogação da Duração da Sociedade até 31 de dezembro de 2017.

Considerando ainda o objeto da Sociedade CostaPolis determinado pelo Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de agosto, de gestão e coordenação do investimento a realizar na Costa da Caparica, no desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social.

Considerando que da apreciação dos documentos de “Reprogramação Financeira” e de “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” apresentados pelo Conselho de Administração da CostaPolis, S.A., verifica-se estar em causa o Plano Estratégico acordado pelo Governo e o Município, em que se salienta:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. O Plano de Desenvolvimento Estratégico da Intervenção do Polis da Costa da Caparica não é concretizado por inteiro, sendo a sua execução reduzida em cerca 55% relativamente ao anteriormente contratualizado entre o Estado Português e o Município de Almada, não sendo considerado uma nova fase de intervenção após o horizonte temporal de 2013/2014.
2. Além do mais, os documentos acima referidos não respeitam a estrutura do Plano Estratégico aprovado, que constitui o objeto da Sociedade COSTAPOLIS; abandonam por completo os respetivos Projetos Estruturantes e avançam com a execução de projetos avulso, desvirtuando por completo o Plano de Desenvolvimento estruturado para aquela área do território de Almada e da Área Metropolitana de Lisboa.
3. Estes mesmos documentos propõem para o horizonte 2013/2014 um investimento global de 3,9 milhões de € que visam apenas redefinir quais as ações a implementar neste período, nuns casos desvirtuando ações do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Intervenção do Polis na Costa da Caparica; noutros casos abandonando projetos cruciais, como por exemplo o PP5 - Praias de Transição - que previa a renaturalização da área dunar em risco.

Desta forma, não se pode considerar que estes documentos contemplem uma proposta de Reprogramação do Programa Polis. Os documentos agora apresentados são apenas uma atualização dos apresentados no ano de 2012, ou seja, mantem-se em causa a continuidade do Programa Polis para além do horizonte temporal de 2013/2014, tendo sido abandonado o essencial deste programa.

O Programa Polis da Costa da Caparica é um Projeto-Chave para o desenvolvimento da Costa da Caparica, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. É portanto essencial o cumprimento integral deste programa do Plano Estratégico e de todos os seus Projetos Estruturantes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando a proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal tendente a mandar o representante do Município na referida Assembleia Geral.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 22 de Abril de 2013, delibera atribuir mandato ao representante do Acionista Município de Almada junto da Sociedade COSTAPOLIS nos seguintes termos:

1º Reafirmar que o Programa Polis da Costa da Caparica é um Projeto-Chave para o desenvolvimento da Costa da Caparica, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa devendo ser cumprido, integralmente, o seu programa do Plano Estratégico e todos os seus Projetos Estruturantes;

Proclamar assim o apoio à concretização total do Programa Polis na Costa da Caparica, e aos seus objetivos de requalificação urbana e valorização ambiental, de melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, de valorização da Frente Atlântica da Costa da Caparica como polo de excelência em termos de oferta turística, de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, devendo ser assumida como Intervenção Nacional de Grande Interesse Público

2º Rejeitar a proposta de documentos em apreciação “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” e “Reprogramação Financeira”, renovando perante o Governo Português a proposta da continuidade da Sociedade COSTAPOLIS, contemplando a sua prorrogação até 31 de Dezembro de 2017, por forma a assegurar a concretização integral das várias intervenções do Plano Estratégico do Programa Polis na Costa da Caparica.”

7.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena, Sérgio Bastos, a Sr.ª Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A proposta que nos foi trazida pela Câmara Municipal é um testemunho das razões pelas quais os cidadãos muitas vezes se afastam da vida política. Porque ela materializa a falta de pudor pelo esbanjamento de dinheiro dos contribuintes. Este é um projeto que nasceu morto e cresceu ensombrado por erros elementares de planeamento, soluções técnicas incompetentes e descontrolo financeiro. Esta autarquia na ânsia dos lucros do imobiliário tem décadas de massificação urbana, suburbanização, destruindo a paisagem e o potencial turístico da região. A Costa da Caparica é só mais uma das suas vítimas. São muitos anos de incúria e oportunidades perdidas em que a simples localização geográfica deveria ter sido um apelo ao cuidado. Depois veio o Polis, dinheiro, muito dinheiro, dinheiro dos portugueses e a que poucos deve ter aproveitado. E mais outra oportunidade perdida. Planeamento a retalho, falta de imaginação, pressão imobiliária sobre o litoral, a ideia peregrina de despejar dezassete mil utentes de parques de campismo sobre a já massacrada população da Charneca, como se não bastasse à custa do abate de quase dez mil árvores, o incentivo ao turismo de toalha e chinelo, ou a pedra de toque do assalto à reserva agrícola, reserva ecológica, reserva botânica e paisagem protegida com a estrada regional 377-2. Eis o Polis, no esplendor dos seus autores e dos autarcas que o têm aplaudido. Os resultados estão à vista de quem os quer ver. Seriam apenas caricatos se não tivessem custado tanto aos contribuintes e deveriam ser suficientes para com decoro acabar com este pesadelo e procurar uma solução de bom senso e bom gosto. Com estratégia de futuro e valorização do património, tornando a Costa da Caparica um destino turístico de qualidade. Mas o que vemos? Isto. A vontade de prosseguir o delírio à custa da solução do costume, mais dinheiro que o país não tem e negócios com terrenos a que quem sabe se pode juntar mais alguma ação violenta contra quem se atravessa no caminho, como aconteceu em 2010. É a história daqueles a quem o autor do Blogue ambientalista a sul, chamou “interesses rascas”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Conservo cuidadosamente o Boletim Municipal em que me acusavam de impedir a unanimidade em torno do Polis. Hoje seremos dois, que se saiba.”

7.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foi com perplexidade que lemos a proposta de Reprogramação do Programa Polis da Costa da Caparica. Mais valia chamar plano de liquidação do Plano do Polis da Costa da Caparica. Recordo que há sensivelmente dois anos esta Assembleia aprovou com os votos favoráveis de todas as bancadas, menos a do CDS, a prorrogação da Sociedade Polis até dezembro de 2017, visando a concretização plena do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Intervenção do Polis da Costa da Caparica. À data só dois Planos de Pormenor, Praias urbanas e Parque Urbano estavam concluídos. Em 28 de setembro de 2012 o Partido Socialista apresentou uma Moção relativa ao Polis que repudiava a intenção do Governo extinguir a Sociedade CostaPolis, exigia a reprogramação da Sociedade para um horizonte temporal compatível com a concretização do programa e solicitava à Câmara Municipal de Almada que assegurasse a adoção soluções que respondessem aos atrasos e constrangimentos que já então se verificavam. A Sr.^a Presidente da Câmara em nome do desígnio municipal solicitou que essa proposta fosse retirada para ser posteriormente consensualizada. O PS anuiu a esse pedido, continuando aberto aos contributos das outras forças políticas, uma vez que até agora não temos notícia de nenhum contributo. Mas eis que agora surge esta reprogramação para 2013, em abril deste ano que não deixa de ser um documento no mínimo dececionante. Gostaria de realçar que mais uma vez com o PSD e o CDS no Governo o Polis para e a Costa é abandonado ao contrário do que sucedeu com Governos do Partido Socialista.

Três notas sobre este documento. A Reprogramação fala da Parque Expo, como se esta fosse uma empresa normal, quando é uma espécie de cadáver adiado, visto já ter sido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anunciada a sua extinção, mas o Governo ainda não foi capaz de executar. A pergunta é, quem irá ficar com a responsabilidade da gestão, elaboração dos Planos de Pormenor e sua posterior execução?

As intervenções previstas resumem-se às obras de finalização e remate na zona norte do PP das Praias Urbanas, mais concretamente nos terrenos do CCL e do Inatel, prevê-se um investimento de cerca de 3,5 milhões, metade do qual a cargo de privados. No terreno onde era suposto construir-se um hotel, será construído um parque de estacionamento, é quase a mesma coisa. No PP2 foram acionadas as garantias bancárias que irão financiar as obras de correção das deficiências que todos nós conhecemos. No Plano de Pormenor do Bairro Campo da Bola o que está previsto é apenas a substituição do relvado sintético do campo do Grupo Desportivo da Costa da Caparica, tudo o resto está parado. Daqui em diante a pouca execução acabou, nem entramos no planeamento, destacando-se o caso do PP dos novos parques de campismo onde o facto de se desistir do processo de expropriação de terrenos, ou seja da transferência de parques de campismo significa que todo o Polis fica em causa. Em conclusão, trata-se de um plano que visa liquidar o Polis, em vez de dar um novo horizonte.

Por último, não podemos deixar de chamar atenção para o facto das despesas associadas ao custo de estrutura e gestão nesta intervenção representarem cerca de um milhão de euros, isto é vinte por cento do investimento do Estado.

Para quem quer cortar gorduras do Estado, julgo que tem aqui muito que fazer.

Face ao exposto, o PS só pode estar contra a Reprogramação do Programa Polis na Costa da Caparica, apelando à Câmara Municipal de Almada e às demais bancadas nesta Assembleia para que se insurjam contra mais um gesto deste Governo contra Almada. E que a Câmara Municipal de Almada pugne pela defesa dos interesses do Município gerando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

soluções que estejam adequadas aos tempos que vivemos e que permitam salvar aquilo que é a intervenção no Polis, isto é, a requalificação urbana e ambiental da Costa da Caparica.”

7.2.2.3 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostava de deixar algumas notas. De facto quer eu quer o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quer o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, em representação do nosso Município, durante parte do ano 2011 e ano 2012, fizemos múltiplas diligências junto dos governantes no sentido de fazermos compreender as nossas preocupações, aquilo que era a posição da Assembleia Municipal, aquilo que era o contrato entre o Governo Português e o nosso Município, aquilo que era o Plano de Desenvolvimento Estratégico, a importância que ele tem para o desenvolvimento da Costa, do Concelho, da Área Metropolitana de Lisboa. Um Plano que não é da Câmara Municipal, que não é da Assembleia Municipal, que não é do Governo, um Plano que é naturalmente da Administração Central, da Administração Local no seu conjunto. Que não é dos técnicos municipais, também não é dos técnicos do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, é do conjunto dos técnicos que neste processo também intervieram, é dos técnicos das empresas privadas que ganharam os concursos e que desenvolveram todos os Planos de Pormenor até agora aprovados e aqueles que estão em elaboração. Portanto, estamos perante de facto um processo que tem a sua história, que tem o seu caminho e que corresponde a algo extraordinariamente importante e no qual depositamos e, do meu ponto de vista, temos que continuar a depositar todo o nosso empenho, porque ele será naturalmente ao ser concretizado o instrumento de transformação da Costa e potenciação daquilo que é a sua riqueza geradora de postos de trabalho, de desenvolvimento aqui na Área Metropolitana e no país.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nós fizemos todo esse esforço, naturalmente porque tínhamos subjacente à nossa ação a decisão do nosso Município, a decisão da nossa Assembleia Municipal que é o órgão competente que foi e que é, foi o órgão competente para autorizar o Município a fazer parte da Sociedade CostaPolis, é uma competência da Assembleia Municipal, sem essa decisão o Município não faria parte da Sociedade CostaPolis com os quarenta por cento que tem no capital social, e obviamente que a nossa ação decorreu dessa decisão da Assembleia, tal como decorreu das sucessivas Moções que a Assembleia Municipal foi aprovando, reclamando a Sociedade até 2017 e o cumprimento integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico por variadíssimas vezes. Portanto, eu queria aqui deixar nota de que estes três autarcas em representação do Município, porque todos eles fazem parte desta Assembleia Municipal, fizeram todas as diligências. Nós a partir de 09 de julho ficámos a aguardar que o assunto fosse como está também na carta que faz parte do processo e que está na mão dos Senhores e das Sr.^{as} Deputadas Municipais. Ficamos naturalmente a aguardar o resultado das diligências feitas, de modo a que a Assembleia Municipal pudesse depois ser suscitada a tomar decisão para que pudesse haver uma decisão na Assembleia Geral, porque sem a decisão da Assembleia Municipal não é possível ao Município ter decisão na Assembleia Geral da Sociedade CostaPolis.

Em julho de 2012, quando o Partido Socialista apresentou a sua Moção e foi aqui lembrado, em que eu apelei para que não houvesse essa deliberação, porque estávamos de facto perante um desígnio municipal, é porque nós tínhamos feito todas as diligências e era adequado, estávamos em setembro, tínhamos a última diligência em julho, tinha-se passado o mês de agosto e era adequado, do nosso ponto de vista, que realmente se esperasse mais algum tempo de modo a que das diligências feitas pudesse vir a resultar aquilo que era naturalmente muito justamente esperado, que era uma reprogramação adequada até 2013 e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

após 2013 e a ponderação relativamente à prorrogação até 2017. Aliás, porque a questão do tempo para a execução deste Plano de Desenvolvimento Estratégico não era problema para a Sr.^a Ministra do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, como bem sabe o Presidente da Junta de Freguesia, o Presidente da Assembleia Municipal e a própria Presidente da Câmara. Nós, a primeira reunião que tivemos com a Sr.^a Ministra para abordarmos exatamente o Polis da Costa da Caparica, tivemos do lado da Sr.^a Ministra a garantia de que o tempo não era problema, o tempo seria aquele que fosse necessário, tal como o património que a Sociedade tem, transferida pelo Estado ou pelo Município, esse património sendo alienado, o resultado financeiro seria para investir no Plano de Desenvolvimento Estratégico. Nós obtivemos da Sr.^a Ministra Assunção Cristas, nós os três, estas afirmações, esta resposta. E portanto tivemos a partir daí sempre a preocupação de que o assunto fosse conduzido, sempre que encontrávamos algumas situações, algum trabalho que não correspondesse a este ponto de partida, a preocupação de fazer sentir que algo não estava bem, que algo estava a correr mal, porque o trabalho técnico, a tutela para a área técnica não estava a corresponder àquilo que tinha sido da parte da Sr.^a Ministra a sua posição relativamente ao Poder Local. É evidente que agora com a Assembleia Geral da Sociedade marcada para o dia 24 de abril, com os documentos que foram avançados e que foram entregues quer ao acionista Município, quer ao acionista Estado, nós estamos perante uma situação em que é facto a liquidação se isto for por diante.

Portanto, o Plano, a Reprogramação tal como está feita e o Plano de Atividades decorre da Reprogramação, a ir por diante, é facto a liquidação do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica. E portanto nós não sabemos qual é o mandato que o Governo vai atribuir ao seu representante na Assembleia Geral, em consideração das diligências, a este ofício, nenhuma resposta houve. Agora o que é verdade é que a Assembleia Geral se vai



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

realizar no dia 24 de abril. E portanto, o Acionista Município tem que ter o seu mandato para a Assembleia Geral. E obviamente que faz todo o sentido perante o que aqui está que haja a posição que aqui já foi avançada quer pelo projeto de deliberação que foi aqui lido, quer pela intervenção do Partido Socialista. Portanto, de facto nós não sabemos o que vai decidir, qual é o mandato que o representante do Estado vai trazer, mas parece que, tudo indica, não tendo havido até agora qualquer nota ao contrário, parece que, tudo indica que há de ser para votar aqueles documentos. Podemos-nos enganar como já nos enganámos noutros momentos, lembro aqui aos Colegas Deputados e Deputadas que nós em dado momento votámos a prorrogação da Sociedade até 2017, porque era isso que estava a decorrer e era isso que o Coordenador Nacional do Polis tinha em mãos e à última hora não foi essa a proposta que foi à Assembleia Geral da Sociedade CostaPolis, foi só até 2013, portanto até ao último momento naturalmente que devemos ter a expectativa relativamente à posição do Estado. Era desejável que o Representante do Estado na Assembleia Geral trouxesse o mandato no sentido de determinar a reprogramação de acordo com aquilo que nós aqui colocamos. Ou seja, até ao final de 2013 e após 2013, naturalmente que no momento subsequente a prorrogação da Sociedade até 2017. Portanto, não podemos adivinhar, o mandato é estabelecido pelo Sr. Ministro das Finanças e pela Sr.^a Ministra do Mar, do Ordenamento do Território, etc., como sempre foi. São os dois Ministérios que assumem por parte do Estado o mandato para o seu representante na Assembleia Geral, mas há Assembleia no dia 24 e o representante do Município tem que estar mandatado, e o mandato tem que ser dado por esta Assembleia e obviamente que faz todo o sentido que a Assembleia diga isso mesmo, ou seja, isto não, e portanto reafirmar aquilo que sempre reafirmou que é a prorrogação da Sociedade com a Reprogramação cumprindo plenamente o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Polis da Costa da Caparica.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.2.2.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Eu permitia-me apenas desejar que alguém “levasse a carta a garcia”, daquilo que a Sr.^a Presidente aqui disse, agora eu não acredito é que o Sr. Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo tenha assumido sozinho a posição de acabar com o Programa Polis da Costa da Caparica. Mas às vezes há coisas, tudo pode acontecer e vamos acreditar que essa pode acontecer e que no dia 24 de abril às 10 da manhã eu e a Presidente da Câmara na Assembleia Geral batemos palmas e gritamos lá do alto o e viva o Polis da Costa da Caparica.”

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 95/X-4º, que foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o representante da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Tendo em consideração que foram convocados os Acionistas da CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A., para reunirem em Assembleia Geral, no próximo dia 24 de abril, afim de deliberarem sobre o “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” e a “Reprogramação Financeira” da intervenção Polis na Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que o capital social da Sociedade CostaPolis é constituída na proporção de 60% pelo Estado e de 40% pelo Município de Almada, sendo uma parte em numerário (dinheiro) e outra parte em espécie (terrenos do Património do Estado e do Património do Município de Almada).

Considerando as deliberações que tem vindo a ser aprovadas pela Assembleia Municipal, desde 1998, designadamente, sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica, a constituição da CostaPolis, o Acordo Parassocial e o Protocolo de Acordo entre o Governo e o Município de Almada, sobre a Reprogramação Física e Financeira da Intervenção, sobre o Aumento do Capital Social em espécie, sobre a Realização do Programa Polis na Costa da Caparica, o Prazo de Vigência e os Meios Financeiros para a sua concretização, e sobre a Alteração Estatutária de Prorrogação da Duração da Sociedade até 31 de dezembro de 2017.

Considerando ainda o objeto da Sociedade CostaPolis determinado pelo Decreto-Lei nº 229/2001, de 20 de agosto, de gestão e coordenação do investimento a realizar na Costa da Caparica, no desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social.

Considerando que da apreciação dos documentos de “Reprogramação Financeira” e de “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” apresentados pelo Conselho de Administração da CostaPolis, S.A., verifica-se estar em causa o Plano Estratégico acordado pelo Governo e o Município, em que se salienta:

4. O Plano de Desenvolvimento Estratégico da Intervenção do Polis da Costa da Caparica não é concretizado por inteiro, sendo a sua execução reduzida em cerca 55%



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relativamente ao anteriormente contratualizado entre o Estado Português e o Município de Almada, não sendo considerado uma nova fase de intervenção após o horizonte temporal de 2013/2014.

5. Além do mais, os documentos acima referidos não respeitam a estrutura do Plano Estratégico aprovado, que constitui o objeto da Sociedade COSTAPOLIS; abandonam por completo os respetivos Projetos Estruturantes e avançam com a execução de projetos avulso, desvirtuando por completo o Plano de Desenvolvimento estruturado para aquela área do território de Almada e da Área Metropolitana de Lisboa.
6. Estes mesmos documentos propõem para o horizonte 2013/2014 um investimento global de 3,9 milhões de € que visam apenas redefinir quais as ações a implementar neste período, nuns casos desvirtuando ações do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Intervenção do Polis na Costa da Caparica; noutros casos abandonando projetos cruciais, como por exemplo o PP5 - Praias de Transição - que previa a renaturalização da área dunar em risco.

Desta forma, não se pode considerar que estes documentos contemplem uma proposta de Reprogramação do Programa Polis. Os documentos agora apresentados são apenas uma atualização dos apresentados no ano de 2012, ou seja, mantem-se em causa a continuidade do Programa Polis para além do horizonte temporal de 2013/2014, tendo sido abandonado o essencial deste programa.

O Programa Polis da Costa da Caparica é um Projeto-Chave para o desenvolvimento da Costa da Caparica, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. É portanto essencial o cumprimento integral deste programa do Plano Estratégico e de todos os seus Projetos Estruturantes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando a proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal tendente a mandar o representante do Município na referida Assembleia Geral.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 22 de Abril de 2013, delibera atribuir mandato ao representante do Acionista Município de Almada junto da Sociedade COSTAPOLIS nos seguintes termos:

1º Reafirmar que o Programa Polis da Costa da Caparica é um Projeto-Chave para o desenvolvimento da Costa da Caparica, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa devendo ser cumprido, integralmente, o seu programa do Plano Estratégico e todos os seus Projetos Estruturantes;

Proclamar assim o apoio à concretização total do Programa Polis na Costa da Caparica, e aos seus objetivos de requalificação urbana e valorização ambiental, de melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, de valorização da Frente Atlântica da Costa da Caparica como polo de excelência em termos de oferta turística, de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, devendo ser assumida como Intervenção Nacional de Grande Interesse Público

2º Rejeitar a proposta de documentos em apreciação “Plano de Atividades e Orçamento para 2013” e “Reprogramação Financeira”, renovando perante o Governo Português a proposta da continuidade da Sociedade COSTAPOLIS, contemplando a sua prorrogação até 31 de Dezembro de 2017, por forma a assegurar a concretização integral das várias intervenções do Plano Estratégico do Programa Polis na Costa da Caparica.

7.3 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, a Sr.ª Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria que V. Ex.^a tomasse a providência de enviar uma carta a quem de direito, embora possa parecer idiota isso que vou dizer, se calhar é uma idiotice no entendimento de alguns Deputados, sobre as areias da Costa da Caparica. É que eu em janeiro tinha informação de que iria ser feito um carregamento de um milhão e quinhentos mil metros cúbicos de areia a partir da segunda quinzena de julho. Concurso público já tratado, concurso público internacional e que inclusivamente as coisas estariam todas resolvidas para que esse preenchimento de areias fosse uma realidade. Neste momento tenho dúvidas, ninguém fala, ninguém diz nada, o Sr. Secretário de Estado entretanto mudou e daquilo que eu soube ontem, não vai mesmo existir carregamento de areias da Costa da Caparica e que essas verbas irão mais uma vez pelo terceiro anos consecutivo serem desviadas para as praias do Algarve. Como normalmente nós quando pomos estas questões aqui, somos idiotas, somos parvos porque estamos aqui a roubar o erário público, enfim estes adjetivos todos em cima e ainda por cima por gente que tão iluminada quanto nós, já para não dizer um bocadinho menos nestas questões, eu agradecia que V. Ex.^a tomasse esta providência para que tivéssemos uma resposta atempadamente para saber o que é que nós havemos de fazer em termos do verão que aí se aproxima.”

7.3.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só porque me parece importante, pode parecer que a questão que o Sr. Presidente aqui trouxe que não teria nada a ver com o assunto que estamos a tratar, mas penso que é absolutamente pertinente e tem tudo a ver. Aliás se as Sr.^{as} e o Srs. Deputados Municipais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

verificarem, na informação que está convosco, a informação 11/2013, 05 de abril, dos Serviços, diz-se em determinado ponto, na segunda página que o Polis da Costa da Caparica tinha um valor global de 214,5 milhões de euros, mas depois passou para 199,6, porquê? Porque houve 14,9 milhões de euros da obra da Defesa Costeira que passou para o INAG. Portanto, o Polis da Costa da Caparica deixou de ter a responsabilidade pela execução da alimentação artificial das praias, neste montante dos 14,9 milhões de euros, porque passou esta responsabilidade para o INAG. O que o Sr. Presidente aqui disse, é que enfim o INAG não está a fazer e há muita apreensão relativamente a esta matéria, que aliás a Assembleia Municipal a seu tempo suscitou a criação de uma Comissão de Acompanhamento da alimentação artificial das praias, essa Comissão foi criada, deixou de funcionar há muito tempo, pese embora o facto de quer eu, quer o Presidente Maia e o Presidente António Neves em conjunto no acompanhamento deste processo tivéssemos chamado a atenção ao Ministério para a necessidade desta Comissão funcionar. Nunca mais funcionou, deixou de funcionar. Portanto, queria apenas dar este contributo, modesto contributo, mas para dizer que tem toda a pertinência e tem tudo a ver com o Polis da Costa da Caparica que a ir por diante o que aqui está corresponderá a uma derrapagem de 111 milhões de euros relativamente aquilo que estava prospetivado e o dinheiro foi muito bem gasto por gente séria, gente capaz, gente honesta.”

7.3.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à sua solicitação, claro que sim. Agora, em abono da verdade dizer-lhe que se até agora a Sr.^a Ministra não nos respondeu com coisas gravosas que tem a ver diretamente com pessoas, eu duvido que nos vá responder estando em causa areias, embora tenham a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ver indiretamente também com pessoas e ponha em causa pessoas. Assim após a desgravação far-se-á o ofício à Sr.^a Ministra.”

8 - Foi concluída a agenda da Sessão.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.

10- Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA, Jornal Região, e de trinta e dois Srs. Múncipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H15 do dia 22 de abril de 2013.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____